

JUROS

Ricúpero quer novo título para rolar dívida

Equipe analisa opções neste final de semana e também mudança na tributação de aplicações financeiras

BEATRIZ ABREU

BUENOS AIRES — O ministro da Fazenda, Rubens Ricúpero, admitiu que irá oferecer ao mercado novas opções de rolagem da dívida interna, de forma a minimizar os elevados juros que são pagos diariamente pelo governo. Uma das alternativas é a emissão de um novo título público, com "remuneração que atraia os investidores", disse. Ricúpero o ministro retornou ontem mesmo de Buenos Aires, onde participou da reunião do Mercosul,

para estudar no final de semana as propostas da equipe econômica de rolagem da dívida e das novas regras para tributação das aplicações financeiras. A idéia, segundo o ministro, é estimular as aplicações de longo prazo sem impor restrições ou pesados tributos sobre os investimentos de curto prazo.

Vencida a primeira fase da implantação do real, a tarefa, agora, é avançar sobre pontos importantes, disse Ricúpero. O ministro reafirmou a decisão do

presidente Itamar Franco de não conceder novos aumentos para os preços e tarifas públicas até o final do governo. Foi cauteloso, porém, com relação à manutenção das atuais taxas de câmbio. "Eu não vou adiantar nada", disse Ricúpero, confirmando declarações de Itamar. "As tarifas não aumentam. Mas o câmbio envolve outras questões", disse o presidente. "O pressuposto é a estabilidade", disse Ricúpero.

Aplicações — As

propostas que Ricúpero irá analisar neste final de semana envolvem, segundo ele, todos os tipos de aplicações financeiras. Ele disse que irá defender medidas que estimulem as aplicações de longo prazo e, não necessariamente, as que "desencoragem os investidores de curto prazo". A preocupação é não inibir os investidores mas, ao mesmo tempo, analisar os desdobramentos das taxas de juros garantidas nestas aplicações.

As taxas de juros são atrativas aos investidores, mas, em contrapartida, representam uma despesa elevada com os encargos das dívidas interna e externa. "Tudo será feito de forma que o mercado colabore", disse. "O que não faz sentido é ter a economia estabilizada e se pagar custos altíssimos", afirmou.



**IDEIA É
ESTIMULAR
APLICAÇÕES DE
PRAZO MAIOR**

José Paulo Lacerda/AE



Os ministros Celso Amorim e Rubens Ricúpero, em Buenos Aires